

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII - Nº 1.305 - BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2001



CCJ Lei das S.A. em discussão

A análise do projeto que reforma a Lei das S.A. motivou a reunião conjunta que as comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos realizam na quarta-feira, às 10h. A reunião conjunta foi sugerida pelo presidente do Senado, Jader Barbalho.

PÁGINA 5



CAE Programa de casa própria

A Comissão de Assuntos Econômicos aprecia amanhã, a partir das 10h, projeto do senador Antonio Carlos Valadares que cria o Programa de Construção Associativa da Casa Própria, voltado para famílias de classe média com renda mensal de até 20 salários mínimos. A pauta inclui pedidos de empréstimos do BID para financiar pequenas e médias empresas no Nordeste e saneamento básico no Distrito Federal.

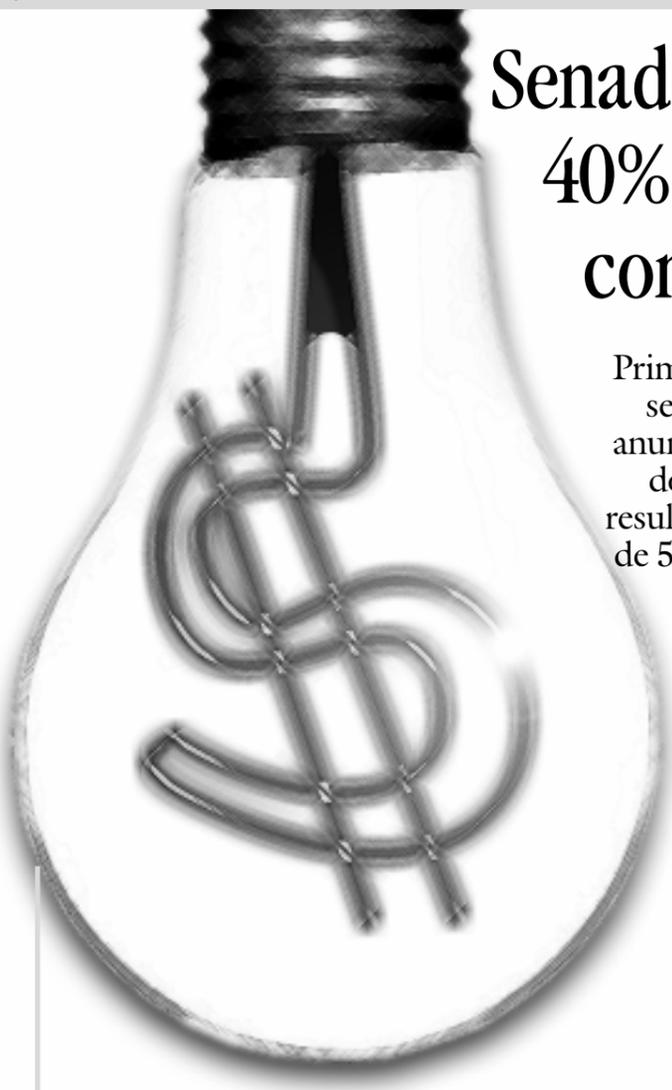
PÁGINA 5



CE Homenagem a Covas

Rodovia que se estende por todo o litoral brasileiro, a BR-101 poderá receber o nome do ex-senador e governador paulista Mário Covas, falecido em 6 de março. A Comissão de Educação deve analisar amanhã, em reunião que começa às 11h30, a proposta, que conta com parecer favorável do senador Álvaro Dias.

PÁGINA 4



Senado vai reduzir 40% dos gastos com energia

Primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson, anuncia que a racionalização do uso de energia pode resultar em economia mensal de 500 mil quilowatts/hora.



Carlos Wilson

PÁGINA 3

Plenário vota autorização para empréstimo externo de US\$ 757,5 milhões

Segundo o governo, a operação, junto ao Banco Mundial, visa fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal.

PÁGINA 5



Seminário em Belém debate integração da Região Norte ao Programa Interlegis

Jader participa da abertura do encontro

PÁGINA 6

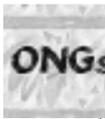
CAS Verbas para a natureza



Projeto da senadora Marina Silva que a Comissão de Assuntos Sociais analisa na quarta-feira destina 2% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) aos estados que abrigam áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas. A CAS tem mais oito matérias na pauta.

PÁGINA 8

CPI Cardoso faz exposição



A CPI que investiga a atuação das organizações não-governamentais ouvirá na quarta-feira o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso. Ele fará uma exposição aos senadores sobre as atividades das ONGs, especialmente na região amazônica e junto às comunidades indígenas.

PÁGINA 2

Presidente da Federação Carioca fala à CPI do Futebol

O presidente da Federação Carioca de Futebol, Eduardo Viana, depõe na quinta-feira, às 10 horas, na CPI que investiga irregularidades no esporte. Na semana passada, a CPI ouviu o presidente da Federação Paulista, Eduardo Farah.

PÁGINA 2

CRE discute realização de audiência pública sobre tráfico de drogas

Também está na pauta convenção contra a discriminação a portadores de deficiência

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota amanhã, às 17h30, requerimento para realização de audiência pública destinada a debater as ações e mecanismos do governo no combate ao tráfico de drogas.



Tião Viana pede audiência sobre narcotráfico

De autoria do senador Tião Viana (PT-AC), o requerimento pede que sejam convidados para a audiência o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso; o secretário da

Receita Federal, Everardo Maciel; o juiz federal no Acre Pedro Francisco; o subprocurador-geral da República José Roberto Figueiredo Santoro; a subprocuradora-geral da República e professora de Direito Penal da Universidade de Brasília Ela Wiecko Volkmer de Castilho; o procurador da República Luiz Francisco de Souza; a procuradora regional da República Rachel Elias Ferreira Dodge; e o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Jaime Chemello.

Está ainda na pauta a votação do texto da Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

General Alberto Cardoso fala da atuação das ONGs

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Cardoso, fará uma exposição sobre a atuação das organizações não-governamentais no Brasil, especialmente na região amazônica e junto a comunidades indígenas, em reu-

nião da comissão parlamentar de inquérito criada para apurar a atuação dessas entidades. A reunião ocorrerá na quarta-feira, a partir das 10h. Amanhã, a CPI das ONGs reúne-se para tratar de assuntos administrativos internos, como a votação de requerimentos.

CPI ouve presidente da Federação Carioca de Futebol

A CPI do Futebol ouvirá o depoimento do presidente da Federação Carioca de Futebol, Eduardo Augusto Viana da Silva, na quinta-feira, a partir das 10h.

Na semana passada, a CPI confirmou que o tesoureiro da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ariberto Pereira dos Santos Filho, emitia cheques nominais à sua conta para pagar despesas correntes da entidade. O

tesoureiro considerou "normal" a operação. Ele movimentou cerca de R\$ 80 mil em 1995, de acordo com documentos examinados pelo relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC).

Em outro depoimento, o presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF), Eduardo José Farah, garantiu que, em 14 anos à frente da entidade, nunca fechou um balanço anual com déficit.



AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 28 DE MAIO DE 2001

PLENÁRIO

14h30 — Sessão não deliberativa

PREVISÃO PLENÁRIO

Terça-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PR nº 20/01, autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 757,5 milhões, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird); PLC nº 86/00, que institui o Dia Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs); e PDL nº 50/01, aprova o texto do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre o Brasil e a República Portuguesa; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quarta-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: continuação da terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 44/00, altera o parágrafo 6º do art. 14 da Constituição federal, dispõe sobre a renúncia aos respectivos mandatos para concorrência a cargos eletivos de presidente da República, governadores de estado e do Distrito Federal e dos prefeitos; PLC nº 79/00, altera a Lei nº 3.207/57, que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praístas, para permitir o pagamento de comissões e percentagens em prestações sucessivas quando do recebimento da primeira parcela e estabelece critérios para o estorno de comissões pagas; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

Quinta-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 37/00, que dispõe sobre a regularização da situação dos integrantes da carreira policial militar do exterritório federal de Rondônia; PLC nº 62/00, que denomina Rodovia Governador Antonio Mariz o trecho federal da BR-230 entre a cidade de Cajazeiras e João Pessoa (PB); PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora; e Requerimento nº 244/01, do senador Tião Viana, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 71/01, de sua autoria.

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira

10h — CPI das ONGs

Pauta: discussão e votação de requerimentos e assuntos diversos. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: entre outros, Mensagem nº 108/01, que propõe ao Senado seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 150 milhões, de principal, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao financiamento parcial do Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Médias Empresas (PEM); Mensagem nº 119/01, encaminha ao Senado solicitação para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor equivalente a US\$ 130 milhões, de principal, entre o governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal; e Diversos nº 18/98, encaminha ao Senado cópia da decisão número 446/98, bem como os respectivos relatórios e voto que a fundamentam, adotada pelo Tribunal de Contas da União, sobre auditoria realizada na Superintendência de Seguros Privados (Susep); PLC nº 80/96, que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo (GLP) de gás natural a lacrar os botijões e requalificá-los; Emenda nº 1 de Plenário oferecida ao PLS nº 270/99, que estabelece a obrigatoriedade de aplicação de no mínimo 22% dos recursos no sistema BNDES para financiamento de projetos do setor de agroindústria; PLC nº 75/96, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de cotele à prova de bala por profissionais nas condições que especifica; PLS nº 395/99, que dispõe sobre a concessão de desconto para os músicos, estudantes ou profissionais no valor do ingresso em espetáculos musicais; PLS nº 58/00, institui o Programa de Construção Associativa da Casa Própria; PLS nº 623/99, altera o Decreto-Lei nº 73/66, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados, regula as operações de seguros e resseguros. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19*

11h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: PLC nº 22/01 (tramitando em regime de urgência), altera a Lei nº 8.212/91, a Lei nº 8.870/94, a Lei nº 9.317/96 e a Lei nº 9.528/97 (contribuição previdenciária da empresa rural e da agroindústria, consórcio simplificado de produtores rurais e benefícios fiscais para agroindústria); e votação secreta da Mensagem nº 121/01, submete à apreciação do Senado o nome de Luís Carlos Wanderley Lima, para ser reconduzido, por três anos, ao cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. *Ala Senador Alexandre Costa — sala 9*

11h30 — Comissão de Educação

Pauta: PLC nº 20/01, denomina Rodovia Governador Mário Covas a BR-101; e PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15*

17h30 — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: turno suplementar de discussão da Emenda nº 1 — CRE (substitutivo) oferecida ao PLS nº 292/99, de conformidade com o artigo 92 combinado com o artigo 282 do Regime Interno do Senado; PDL nº 47/01, aprova o texto da Convenção Interamericana para eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência; PDL nº 55/01, aprova o texto do acordo sobre Cooperação Científica e Tecnológica celebrado entre o governo do Brasil e o da Ucrânia; e Requerimento s/nº/01, do senador Tião Viana, solicitando audiência pública para debater as ações e mecanismos do governo no combate ao tráfico e ao consumo de drogas, as normas legais vigentes e o quadro atual da dependência no Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5*

18h — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: audiência pública com o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Humberto Souto, a fim de prestar informações sobre os trabalhos que estão sendo realizados pelo órgão e para promover o estreitamento das relações entre o Legislativo e o TCU. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

Quarta-feira

9h — Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: entre outros, PLC nº 84/00, que dispõe sobre a propiciação de consultas às trabalhadoras e servidoras públicas para atenção integral à saúde da mulher; PLC nº 2/01, acrescenta parágrafos ao art. 58 e dá nova redação ao parágrafo 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; PLS nº 34/01, altera redação do art. 4º da Lei nº 6.528/78, para estabelecer cota mensal mínima gratuita de água para consumo residencial unifamiliar; Aviso nº 138/00, encaminha ao Senado cópia da Decisão nº 570/00, bem como dos respectivos relatório e voto que a fundamentam, sobre auditoria realizada em diversos órgãos relativa ao projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus), no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica (TCU/Reino Unido); PLS nº 53/00, cria reserva do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) para as unidades da Federação que abrigarem, em seus territórios, unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas; e substitutivo oferecido pela Câmara dos Deputados ao PLC nº 181/89, estabelece diretrizes gerais da política urbana (Estatuto da Cidade). *Ala Senador Alexandre Costa — sala 9*

10h — Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Assuntos Econômicos

Pauta: PLC nº 23/01, (Lei das S.A.) altera e acrescenta dispositivos na Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as Sociedades por Ações, e na Lei nº 6.385/76, que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: entre outros, PEC nº 19/00, altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzindo artigos que criam o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental; emendas de Plenário nºs 2 e 3 à PEC nº 61/99, dá nova redação aos parágrafos 2º e 3º do art. 14 da Constituição federal; PLS nº 219/00, define a Unidade de Fiança Penal (UFP), altera artigos do Decreto-Lei nº 3.689/41 — Código de Processo Penal; PEC nº 36/00, altera a redação do parágrafo 4º do artigo 255 da Constituição federal (condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais); PLS nº 91/00, que dispõe sobre a divulgação em diário oficial do relatório do registrador de dados de voo (caixa-preta) de avião acidentado; PLS nº 57/00, altera a redação dos artigos 259, 261 e 496 da Lei nº 5.869/73 — Código de Processo Civil; PLS nº 135/99, altera os artigos 240 e 241 da Lei nº 8.069/90 — Estatuto da Criança e do Adolescente. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

10h — CPI das ONGs

Pauta: exposição do general Alberto Mendes Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

Quinta-feira

10h — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do presidente da Federação Carioca. *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciuel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Carlos Augusto Setti
Diretora de Divulgação e Integração: Andréa Valente da Cunha (61) 311-1150
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretora da Agência Senado: Marcos Dantas de Moura Magalhães (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane de Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Senado espera economizar 40% de energia

“Vamos mostrar que temos responsabilidade e que somos solidários com o povo brasileiro, coisa que o governo não foi”, diz o primeiro-secretário, senador Carlos Wilson, para quem as medidas não devem alterar funcionamento da Casa

O Senado pode economizar cerca de 500 mil quilowatts/hora (kWh) a cada mês sem prejudicar o seu funcionamento. Essa é, segundo o primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson (PPS-PE), a contribuição que a instituição, que consome 1,2 milhão de kWh por mês, vai dar ao racionamento de energia elétrica.

— Para o bem da população, o Senado quer liderar o esforço que será feito. As medidas não vão alterar o funcionamento da instituição. Vamos ter menos conforto para o trabalho, mas, em compensação, vamos estar contribuindo para o racionamento, imposto pela incompetência do governo. Assim, mostramos que temos responsabilidade e que somos solidários com o povo brasileiro, coisa que o governo não foi — afirmou.

Segundo Carlos Wilson, o Senado antecipou-se às medidas anunciadas pelo governo e, no último mês, já reduziu o consumo em 13,4%, com medidas de racionalização do uso da energia. Desde então, a segurança da Casa está atenta para que todas as luzes dos anexos estejam desligadas quando os prédios não estiverem em funcionamento.

O uso de equipamentos da gráfica do Senado também está sendo evitado aos sábados e domingos e o trabalho extraordinário do Prodasen, eliminado. Entre as 19h e 8h, os aparelhos de ar-condicionado estão proibidos de funcio-



Carlos Wilson destaca que o Senado demonstrou sensibilidade ao antecipar redução

nar e os elevadores dos anexos estão sendo desligados às 19h, com a exceção de um deles, que fica de plantão.

— O Senado mostrou sensibilidade na hora em que se antecipou e fez essa redução. Eu tenho a satisfação de ver que as medidas, que ainda não foram muito drásticas, produziram efeito extremamente positivo — disse. Para o primeiro-secretário, a adoção de medidas mais duras pode permitir que o Senado economize mais de 30% de energia.

Carlos Wilson informou ainda que, caso necessário, a mudança no horário de funcionamento do Senado ainda será discutida. Se isso acontecer, o Senado somente iniciará o expediente às segundas-feiras à tarde.

Para senador, a crise é resultado da incompetência

Ao comentar as medidas adotadas pelo Senado para economizar energia elétrica, o primeiro-secretário da Casa, senador Carlos Wilson, criticou o que qualificou de incompetência do governo federal para prevenir a crise energética que já vinha sendo anunciada por técnicos do setor e tomar as providências necessárias.

— O presidente se mostrou surpreso com uma morte já anunciada. Ficou apelando para a sorte, ficou apelando para São Pedro trazer chuvas abundantes para que não houvesse racionamento — declarou.

Para o senador, o processo de privatização das centrais elétricas foi extremamente danoso, limitando os investimentos na geração de

energia. Além disso, continuou, nos últimos anos, estatais como Furnas, “que teve um lucro extraordinário”, foram impedidas de investir. O senador condenou ainda ameaças do diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, David Zylbersztajn, de que, caso a Justiça acate pedidos de liminares de proteção aos consumidores, a situação vai agravar-se e o Judiciário pode ser responsável pelo apagão.

— Isso é uma falta de respeito. O governo quer dividir a responsabilidade pelo descaso que teve com o povo. Eu espero que o país, no século 21, não passe pelo vexame de ter que voltar à época do candeeiro. O que o governo fez é um retrocesso numa área fundamental para a geração de emprego e para o bem-estar da população — disse.

Medidas de racionamento adotadas pelo Senado

As medidas a seguir poderão, segundo o setor de Engenharia do Senado, reduzir em 492,25 mil kWh o consumo atual da Casa, de 1,226 milhão de kWh, ou seja, uma economia de 40,1% no consumo mensal da instituição

Providências imediatas (acompanhadas de campanha da Secretaria de Comunicação Social)

- Desligar luzes e aparelhos de ar-condicionado que não estejam sendo utilizados
- Manter desligados computadores, impressoras e copadoras que não estejam sendo utilizados
- Manter janelas e portas de ambientes climatizados fechadas
- Incentivar usuários a utilizar as escadas quando forem descer dois andares e subir um
- Reduzir o horário de funcionamento das centrais de ar-condicionado, que ficarão desligadas entre 19h e 8h do dia seguinte
- Desligar os elevadores após as 19h, mantendo apenas um em funcionamento
- Manter iluminação mínima e ar-condicionado desligado quando Plenário, comissões e auditórios não estiverem sendo utilizados
- Desligar toda a iluminação interna e centrais de ar-condicionado nos finais de semana

Medidas de curto prazo (dependem de investimentos já previstos no orçamento da Casa)

- Substituir lâmpadas de iluminação interna não-fluorescentes ou de menor rendimento por lâmpadas fluorescentes compactas
- Substituir as lâmpadas fluorescentes de 40W por lâmpadas de 32W, com reator eletrônico
- Modernizar elevadores
- Melhorar o sistema de água gelada
- Construir central de termocumulação
- Substituir iluminação e aparelhos de ar-condicionado do Plenário

Medidas de médio prazo (dependem de alocação de recursos e começam a surtir efeito em 2002)

- Estender a toda a Casa equipamentos de automação predial, com controle de iluminação e instalação de sensores de presença
- Instalar equipamentos de controle de ar-condicionado onde eles ainda não existam
- Substituir cabos e quadros de energia subdimensionados
- Substituir todo o equipamento de condicionamento de ar
- Investir no sistema de água gelada

Plenário examina comissão proposta por Alcântara

As ações desenvolvidas pelo Poder Executivo em relação à crise de energia elétrica implicam medidas que atingem substancialmente o interesse público e que devem ser acompanhadas passo a passo pelo Poder Legislativo, conforme justificou o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) ao propor a criação de uma comissão temporária no Senado na semana passada. O requerimento já foi encaminhado à Mesa e deverá ser submetido à deliberação do Plenário nesta semana.

Pela proposta do senador, a comissão atuará durante 180 dias e será composta por 11 membros titulares e igual número de suplentes. O ob-

jetivo é acompanhar e avaliar as ações do Executivo referentes ao aumento da oferta e à redução da demanda de energia elétrica no país, particularmente as decisões tomadas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia (CGCE) e os dois programas já criados por ela: o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica e o Programa Estratégico Emergencial de Energia Elétrica.

Segundo Alcântara, as competências atribuídas à Câmara de Gestão — como as de “propor medidas para atenuar seus impactos negativos sobre os níveis de crescimento, emprego e renda, estabelecer limi-



Para Lúcio Alcântara, Senado deve acompanhar medidas adotadas pelo Executivo

tações compulsórias de uso e de consumo residencial, comercial, industrial e público, impor restrições ao uso de recursos hídricos em determinadas situações e propor o ajustamento dos limites de investimento do setor elétrico estatal federal” — não podem prescindir do acompanhamento do Legislativo.

Processo do painel depende da decisão de Antonio Carlos

Se o senador formalizar renúncia, como anunciou sua assessoria, será arquivado o pedido do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a abertura da ação

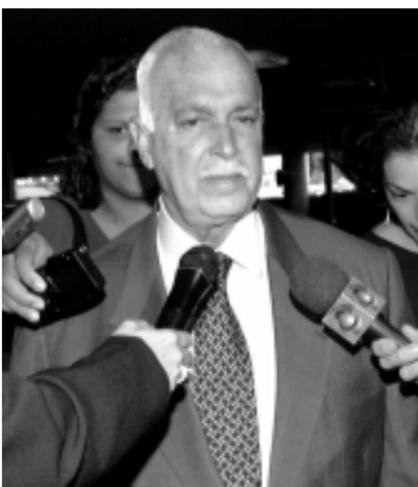
O processo sobre o caso da violação do painel de votações do Senado só terá prosseguimento na Mesa Diretora se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mudar de idéia e desistir de renunciar ao mandato. Ele informou à imprensa e à sua assessoria que pretende fazer um discurso nesta quarta-feira e apresentar sua renúncia. Com isso, o pedido do Conselho de Ética para abrir processo contra Antonio Carlos e o ex-senador José Roberto Arruda, por terem ferido o decoro parlamentar, deve ser arquivado pela Mesa do Senado.

O pedido chegou à Mesa na noite da última quarta, depois de aprovado pelo Conselho de Ética. No dia seguinte, quinta-feira, José Roberto Arruda renunciou, evitando um possível início de investigações sobre sua conduta. O

relator do processo na Mesa, senador Carlos Wilson (PPS-PE), já informou que a decisão retirou automaticamente o nome de Arruda do parecer que pretende dar ao caso.

O Regimento Interno do Senado prevê que, se a renúncia ocorrer depois de iniciado um processo formal, de nada adianta a renúncia, pois o caso segue tramitando normalmente. Arruda renunciou antes e, conseqüentemente, está sendo excluído do processo. Se Antonio Carlos fizer o mesmo, o processo irá para o arquivo. Agindo assim, os dois não perdem seus direitos políticos, podendo se candidatar nas próximas eleições.

O arquivamento do caso, no en-



Pedido para abertura de processo contra Antonio Carlos chegou à Mesa do Senado na última quarta-feira

tanto, não muda em nada a situação dos funcionários do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), que

confessaram ter participado da operação de retirada de uma lista do painel com os votos dados secretamente pelos senadores na sessão que cassou o senador Luiz Estevão. Eles estão respondendo a inquérito administrativo e suas punições podem variar da advertência à demissão.

O inquérito é conduzido pela diretora da Secretaria Administrativa do Senado, Paula Cunha Canto de Miranda, que tem dois meses para apresentar suas conclusões ao primeiro-secretário do Senado, senador Carlos Wilson. São investigados Regina Borges, ex-diretora do Prodasen e que convocou os funcionários para fazer a retirada da lista; Ivar Ferreira, especialista em programação; Hermillo Nóbrega, gestor de sistema; e Heitor Ledur, técnico que operava os computadores ligados ao painel de votações.



Quintanilha propõe o desligamento de partido em caso de nova filiação

Projeto facilita a filiação a um novo partido

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá analisar projeto do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) que prevê o desligamento de um partido para a pessoa que se filiar a outra agremiação. Atualmente, a legislação invalida a nova vinculação partidária que não for comunicada ao partido anterior e ao juiz da zona eleitoral à qual pertença o cidadão, por considerar isso uma dupla filiação.

Para o autor do projeto, trata-se de um "excessivo apelo formalista", que o senador quer corrigir com o projeto que apresentou. A matéria altera a Lei Eleitoral, considerando que o desligamento do partido ocorre não só por comunicação escrita ao juiz eleitoral e ao órgão da direção partidária, como é atualmente, mas também por filiação a outro partido.

O projeto, que tem decisão terminativa na CCJ – ou seja, a deliberação da comissão equivale à de todo o Senado, exceto se for apresentado recurso para que a matéria seja votada em Plenário –, altera outro artigo da Lei 9.096/95. Acrescenta a filiação a outro partido político à relação de hipóteses de cancelamento da filiação anterior. Hoje, essas hipóteses são a morte, a perda dos direitos políticos, a expulsão do partido e outras formas previstas no estatuto da agremiação.

Em sua justificativa, o autor do projeto argumenta que "deve permanecer a vontade do eleitor na escolha, ou redefinição, do conjunto pragmático e ideológico que, no espectro partidário, mais se coaduna com a própria posição política".

Lindberg diz que pretende assinar CPI da Corrupção

O novo senador pelo Distrito Federal, Lindberg Aziz Cury (PFL-DF), disse em entrevista à imprensa na sexta-feira que ainda vai conversar com seu partido sobre o assunto, mas adiantou que "por convicção" deverá assinar o requerimento de criação da CPI da Corrupção. Lindberg, que é empresário e pioneiro de Brasília, irá tomar posse hoje na vaga deixada pelo ex-senador José Roberto Arruda, que renunciou na quinta-feira.

– Vou discutir minha posição com as lideranças locais e com a executiva do PFL em reunião que já está marcada para esta (hoje) segunda-feira. Tentarei sensibilizá-los quanto ao fato de a sociedade de uma maneira geral estar atenta e cobrando transparência. A situação é delicada – afirmou.

Questionado sobre a contradição entre sua posição e a de seu partido no caso da CPI da Corrupção, o senador disse que tentará ter uma atuação mais independente. Lindberg disse que, apesar de as circunstâncias em que está assumindo o Senado serem delicadas, tem a intenção de



Lindberg Aziz Cury promete ação voltada para o desenvolvimento do Distrito Federal

dar continuidade aos projetos de Arruda voltados para o desenvolvimento do Distrito Federal, especialmente para a região do Entorno. O empresário defende investimentos para a indústria a fim de gerar mais empregos e riqueza.

Casado e residente em Brasília há 40 anos, Aziz Cury é formado em Direito e foi fundador da Associação Comercial do Distrito Federal. Foi também um dos defensores da autonomia política para a capital. Ele terá quase dois anos para exercer o mandato de senador, quando então serão realizadas novas eleições.

Comissão vota nome de Mário Covas para a BR-101

A rodovia BR-101, que se estende por todo o litoral brasileiro, pode receber o nome do ex-governador paulista Mário Covas, falecido no último dia 6 de março. A proposta, de autoria do deputado Marcus Vicente, deve ser votada na Comissão de Educação amanhã, às 11h30. "Somente uma rodovia como a BR-101, que abraça o litoral do país de Norte a Sul, passando por Santos, cidade natal de Covas, seria digna de ostentar o nome de tão ilustre e amado brasileiro", justifica o deputado. A proposta tem parecer favorável do senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

Também faz parte da pauta da comissão a análise de outorgas e renovações de concessões e permissões de 16 emissoras de rádio



Mário Covas pode dar nome à rodovia que percorre litoral do país de norte a sul

nos estados de Goiás, Espírito Santo, Piauí, Rio Grande do Sul, Bahia, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Ceará e Rio Grande do Norte. Destas, 11 são para emissoras de caráter comunitário.

Ministro do TCU fala em audiência

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) realiza audiência pública amanhã, às 18 horas, para ouvir o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Humberto Souto. Ele comparece à comissão para prestar informações sobre os trabalhos que vêm sendo realizados pelo TCU e estreitar o relacionamento com o Congresso.

Valadares propõe programa de habitação para classe média

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá examinar amanhã, às 10h, projeto de lei de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que cria o Programa de Construção Associativa da Casa Própria, essencialmente voltado para famílias de classe média com renda mensal de até 20 salários mínimos (R\$ 3.600,00).

O relator do projeto, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), posicionou-se favoravelmente à sua aprovação, lembrando argumentos do autor de que o novo programa deverá suprir a carência de uma política habitacional, tentando atenuar o problema da insuficiência de moradias destinadas à classe média de menor renda. Segundo o programa proposto por Valadares, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), que tem como agente a Caixa Econômica Federal (CEF), passará a financi-



Valadares quer criar Programa de Construção Associativa

ar as famílias de classe média em até 60% do valor do empreendimento, a ser construído por meio de um condomínio criado pelos próprios beneficiários.

Assumindo de forma direta a construção, essas famílias poderão reduzir os custos de aquisição da casa própria em cerca de 40%, segundo estimativas constantes da justificativa do projeto. Valadares ressalta, ainda, que, por não existirem programas específicos para a classe média, esta acaba comprando os imóveis de pessoas de baixa renda, beneficiadas por programas sociais de habitação, provocando assim uma elevada taxa de mobilidade nos grandes centros.

Segundo o senador, as famílias de classe média baixa são rejeitadas pelos incorporadores imobiliários, que preferem vender seus imóveis para famílias de renda mais alta, em geral já proprietárias de imóveis.

CAE examina crédito destinado a apoiar empresas do Nordeste

Em sua reunião de amanhã, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina também a contratação de operação de crédito de US\$ 150 milhões do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), destinada ao Programa de Expansão de Mercados para Pequenas e Mé-



Pontes tem parecer favorável à aprovação do empréstimo

diárias e médias empresas situadas na área de atuação do BNB, que compreende os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, norte do Espírito Santo e de Minas Gerais.

O programa visa complementar ações de desenvolvimento regional que estão sendo implementadas. "Pretende, assim, contribuir para eliminar obstáculos básicos enfrentados pelo setor produtivo e para o melhor aproveitamento das oportunidades de negócios relacionadas com recursos naturais ou capacidades tecnológicas existentes, mediante a dinamização das cadeias produtivas", diz o relator, senador Luiz Pontes (PSDB-CE), favorável à sua aprovação.

A CAE também deverá examinar pedido de empréstimo externo de US\$ 130 milhões para cobertura parcial de custos do Programa de Saneamento Básico do Distrito Federal. Os recursos deverão ser contratados pelo governo federal, também junto ao BID, mediante juros de 6,37% ao ano, prazo de 20 anos com cinco de carência.

Senado vota autorização de empréstimo de US\$ 757,5 milhões

Operação junto ao Bird objetiva, segundo o governo, fortalecer o balanço de pagamentos e ampliar o volume de reservas disponíveis

O Senado decide amanhã se autoriza o Brasil a contrair dívida de US\$ 757,5 milhões junto ao Banco Mundial (Bird), na modalidade de Empréstimo Programático de Ajuste do Setor Público. Em sua mensagem ao Senado, o governo diz que os recursos dessa operação visam fortalecer o balanço de pagamentos, ampliar o volume de reservas disponíveis e garantir a solvência fiscal, propiciando o financiamento de longo prazo do Tesouro Nacional.

Ao referir-se a essa matéria na sessão de quarta-feira passada, o presidente do Senado, Jader Barbalho, informou que só na véspera, à noite, haviam chegado à Casa os originais do pedido, o que explica o fato de a autorização não ter sido votada antes. Na mesma sessão, foi votada a urgência para



PEC de Nabor Júnior prevê renúncia de candidato à reeleição

a deliberação da matéria.

Também amanhã o Plenário vota projeto oriundo da Câmara destinado a instituir o Dia Nacional das Apaes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais). A idéia é homenagear a organização de pais e amigos de portadores de deficiência, luta pioneira iniciada em 1954, no Rio

de Janeiro, e que chegou a Brasília, já como federação, em 1964.

Na quarta-feira, o Senado vota a proposta de emenda à Constituição do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que exige a renúncia, seis meses antes do pleito, do presidente da República, governadores e prefeitos que desejarem disputar a reeleição. Com essa emenda, Nabor disse que pretende contribuir para o aprimoramento do sistema eleitoral, dotando o

instituto máximo da democracia de maior lisura.

Também na quarta-feira, o Senado vota projeto oriundo da Câmara que regulamenta as atividades dos empregados vendedores, viajantes ou praticistas, para prever o pagamento, numa única parcela, das comissões e percentagens sobre vendas realizadas em prestações. A iniciativa se deve ao fato de que muitas empresas retêm o pagamento de comissões e percentagens aos vendedores viajantes até a cobrança dos valores da venda.

Em segundo turno, o Senado realiza na quinta-feira o primeiro dia de discussão da proposta de emenda à Constituição do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que transforma os integrantes da carreira de policial militar do exterritório de Rondônia em quadro em extinção da administração federal. O texto estabelece que esses policiais continuarão prestando serviço ao estado de Rondônia, na condição de cedidos pela União.

Lei das S.A. será discutida em reunião conjunta

O projeto que reforma a Lei das Sociedades Anônimas será apreciado em reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), na quarta-feira, às 10h. A reunião conjunta foi sugerida pelo presidente do Senado, Jader Barbalho.

No último dia 15, o projeto foi debatido em audiência pública na CCJ, que contou com a participação do presidente da Comissão de Valores Mobiliários, José Luiz Osório de Almeida Filho, e do advogado paulista Modesto Carvalhosa, especialista em Direito Tributário e Econômico. Na CCJ, o relator da matéria, já aprovada na Câmara dos Deputados, é o senador José Agripino (PFL-RN), e na CAE o senador Pedro Piva (PSDB-SP). O projeto prevê mudanças no sentido de permitir o crescimento da cultura de investimento no mercado de capitais, pois hoje o poder está concentrado nas mãos dos controladores das empresas, sem que o pequeno investidor tenha garantias.

As regras atuais dão direito a voto apenas aos possuidores de ações ordinárias e permitem que até dois terços das ações de uma empresa sejam preferenciais. Apesar de darem direito a participação nos dividendos, as ações preferenciais não permitem que o investidor influencie nos destinos da empresa. Dessa forma, uma empresa pode ser controlada por quem tiver a meta-de mais uma das ações ordinárias, o que pode representar apenas 16,7% do total do capital.

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) afirmou que a mudança proposta, apesar de não ser a ideal, vai fortalecer o acionista minoritário. Segundo ele, o minoritário tem uma posição muito desigual nas sociedades anônimas. "Se for dada segurança legal e transparência a quem investe, o mercado de capitais vai



José Agripino é o relator na CCJ da proposta de mudança da lei

deixar de ser pequeno no país e se tornará uma grande alavanca do desenvolvimento econômico", avaliou Hartung.

Após a reunião conjunta, a CCJ realiza reunião ordinária para apreciar propostas de emenda à Constituição (PEC), como a que trata do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia Ocidental e a que altera a redação do pá-

rágrafo 4º do artigo 255 (das condições de preservação do meio ambiente, para utilização dos recursos naturais). Também serão debatidos projetos de lei, como o que disciplina a divulgação de dados obtidos pelas "caixas-pretas" de aviões acidentados e o que regulamenta o fornecimento, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de transporte, alimentação e pousada aos pacientes cujo tratamento se realize fora do local de seu domicílio.

Belém discute propostas do Programa Interlegis

O seminário, que debaterá a integração da Região Norte à comunidade virtual dos legislativos brasileiros, será realizado na Assembléia do Pará

A Assembléia Legislativa do Pará sedia hoje, em Belém, o I Seminário Regional Interlegis-Norte, que contará com a participação de representantes das casas legislativas dos sete estados da região. No encontro, serão debatidas as propostas do Programa Interlegis, que já conta com a adesão das assembleias legislativas e da maioria das câmaras municipais dos municípios-pólo da Amazônia.

O seminário será aberto pelos presidentes do Senado Federal, senador Jader Barbalho, e da Assembléia Legislativa do Pará, deputado Martinho Arnaldo Campos Carmo. Participam ainda da solenidade de abertura o diretor-executivo do Prodasen, órgão executor do



O senador Jader Barbalho participa da abertura do encontro

Interlegis, Kleber Gomes Ferreira Lima, que fará apresentação sobre o programa.

Interlegis é a comunidade virtual do Poder Legislativo. O programa consiste em uma rede de comunicação e informação entre os parlamentares de todo o país, nas esferas federal, estadual e municipal. O objetivo central dessa comunidade virtual é fortalecer o Poder Legislativo em suas várias instâncias, oferecendo os avanços tecnológicos à consolidação do processo democrático brasileiro. Utilizando-se da Internet, o Interlegis vai reunir em suas páginas informações sobre todas as casas legislativas do país e os assuntos referentes ao Legislativo. Assim, com sua consolidação, o In-

terlegis prepara-se para ser o grande Portal do Legislativo brasileiro. WAP

Após o encerramento do Seminário Regional Interlegis, os presidentes do Senado, Jader Barbalho, e da Tele Centro-Oeste Celular e Norte Brasil Telecom, Mário César Pereira de Araújo, assinam protocolo sobre o Lançamento do Portal Senado WAP.

A oferta de informações pelo protocolo WAP (Wireless Application Protocol) tem por objetivo oferecer aos usuários do sistema as informações do Senado Federal. Os senadores e quem dispõe do serviço terão acesso aos recursos mais modernos para acompanhar a ordem do dia e notícias em tempo real produzidas pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.

O portal WAP pode ainda ser acessado no endereço <http://wap.senado.gov.br/index.wml>.

terlegis prepara-se para ser o grande Portal do Legislativo brasileiro. WAP

Após o encerramento do Seminário Regional Interlegis, os presidentes do Senado, Jader Barbalho, e da Tele Centro-Oeste Celular e Norte Brasil Telecom, Mário César Pereira de Araújo, assinam protocolo sobre o Lançamento do Portal Senado WAP.

A oferta de informações pelo protocolo WAP (Wireless Application Protocol) tem por objetivo oferecer aos usuários do sistema as informações do Senado Federal. Os senadores e quem dispõe do serviço terão acesso aos recursos mais modernos para acompanhar a ordem do dia e notícias em tempo real produzidas pela Secretaria de Comunicação Social do Senado.

O portal WAP pode ainda ser acessado no endereço <http://wap.senado.gov.br/index.wml>.

Senado realiza fórum sobre saúde ocular

Em atendimento a requerimento apresentado pelo senador Sebastião Rocha (PDT-AP), e aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o Senado realiza, em conjunto com o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, o 1º Fórum Nacional de Saúde Ocular. O evento ocorrerá quarta e quinta-feira, dias 30 e 31 de maio, no Auditório Petrônio Portella.

O evento deve subsidiar os governantes e legisladores para o desenvolvimento de programas de ensino e pesquisa, atividades diagnósticas e terapêuticas em saúde pública ocular, além de orientar a

sociedade brasileira sobre os cuidados básicos com a visão e mostrar os mais recentes avanços tecnológicos na área. A programação inclui palestras, exposição e contatos com oftalmologistas.

Segundo organizadores do fórum, existem 40 milhões de cegos no mundo, sendo que mais de dois terços dos casos poderiam ser evitados. Cerca de 30% das crianças brasileiras têm baixa acuidade visual e 40% dos idosos do país tam-



A promoção do debate foi sugerida por Sebastião Rocha

bém vêm mal. E 600 mil idosos estão cegos por catarata.

Além de ser o representante do Senado na comissão organizadora do fórum, Sebastião Rocha está elaborando projetos visando beneficiar deficientes visuais. Ele solicitou à Consultoria do Senado levantamento da legislação existente sobre assuntos referentes a deficientes visuais para elaborar proposições que beneficiem essas pessoas.

Jonas debate pesquisa em agropecuária

Amanhã, dia 29, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) participa do seminário Impacto da Mudança Tecnológica do Setor Agropecuário na Economia Brasileira. Ele coordenará painel sobre os impactos da pesquisa agropecuária



Jonas Pinheiro falará sobre os impactos também no abastecimento

no abastecimento, a ser realizado das 14h às 15h30, tendo como

palestrantes o professor José Roberto Mendonça de Barros, da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo (USP), e o pesquisador Juarez Alexandre Baldini Rizzieri, da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O seminário é promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Mendonça de Barros e Rizzieri apresentarão resultados preliminares de estudo que avalia os efeitos da pesquisa agropecuária para o consumidor. O trabalho procura dimensionar a evolução de preços de alimentos, a redução da ocorrência de crises de abastecimento e a melhoria da qualidade dos produtos colocados no mercado. O seminário será realizado no Auditório Nereu Ramos, da Câmara dos Deputados, das 9h às 17h.

Moreira Mendes recebe homenagem de faculdade

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) comunicou ao Plenário ter participado, dia 18, da inauguração da Biblioteca Moreira Mendes, da Faculdade de Ciências Humanas, Exatas e Letras de Rondônia (Faro). Foi também inaugurado no local, relatou,



Moreira Mendes dará nome à biblioteca da universitária

shopping com lojas de conveniência, artigos de informática e serviços fotográficos, livraria, papeleria, boutique, cabeleireiro, cafeteria e capela ecumênica.

Para o parlamentar, "receber como homenagem seu nome numa biblioteca engrandece o homena-

geado e o compromete cada vez mais com a educação e o saber". Moreira Mendes ressaltou que, em menos de seis meses, o novo diretor-geral da entidade, professor Sebastião Pinto, e o novo diretor-executivo, João Guaraná, equiparam a biblioteca com cinco mil novos livros.

O mais importante feito da nova direção, na opinião do senador, foi a realização de seminário pedagógico em fevereiro, com a presença de todos os professores. O objetivo foi promover a integração entre as disciplinas.

Extinção da Sudene é tema de entrevista de Maria do Carmo

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) é a convidada do *Entrevista* de hoje. No programa, ela critica a medida provisória que extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O *Entrevista* vai ao ar às 7h30, 12h30 e 20h30. Nos horários das 9h30 e 18h30, será mostrada conversa dos jornalistas Beto Almeida e Chico Sant'Anna com o cineasta Vladimir Carvalho, autor do

documentário *Barro 68*, sobre a invasão da Universidade de Brasília (UnB) pelo Exército.

Ainda hoje o *Cidadania* promove debate com o embaixador de Cabo Verde, Manuel Amante da Rosa, e Álvaro Pacheco, adido cultural da Embaixada de Angola, sobre o Dia da África, criado para solidificar a unidade entre os povos africanos. O programa vai ao ar às 13h30 e às 19h30.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — O embaixador do Cabo Verde, Manuel Amante da Rosa, e Álvaro Pacheco, adido cultural da Embaixada de Angola, falam sobre o Dia da África

7h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a extinção da Sudene

8h — *Idéias* — Os senadores: opinião, discursos e novos projetos

8h30 — *Saúde/UNIP* — Paulo Vanzolini na Amazônia — Parte 2

9h — *Especial* — A Leitura da Imagem

9h30 — *Entrevista* — O cineasta Vladimir Carvalho fala sobre o documentário *Barro 68*

10h — *As Cores do Brasil* — Lençóis Maranhenses

11h — *Espaço Cultural* — Memórias Póstumas

11h30 — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos

12h — *Cores do Brasil* — Turismo na Paraíba

12h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a extinção da Sudene

13h — *Fala Cidadão* — A conexão do Senado com a sociedade

13h30 — *Cidadania* — O embaixador do Cabo Verde, Manuel Amante da Rosa, e Álvaro Pacheco, adido

cultural da Embaixada de Angola, falam sobre o Dia da África

14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)

18h30 — *Entrevista* — O cineasta Vladimir Carvalho fala sobre o documentário *Barro 68*

19h — *Idéias* — Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos

19h30 — *Cidadania* — O embaixador do Cabo Verde, Manuel Amante da Rosa, e Álvaro Pacheco, adido cultural da Embaixada de Angola, falam sobre o Dia da África

20h30 — *Entrevista* — A sen. Maria do Carmo fala sobre a extinção da Sudene

21h — *Journal do Senado* — O resumo das atividades do Senado

21h30 — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

7h — Música, informação e serviços

8h — *Senado Primeira Hora*

As principais notícias do Senado, do país e do mundo

9h — Música e informação

14h15 — *Senado Notícias*

14h30 — Sessão Plenária do Senado

19h — *A Voz do Brasil*

20h — Música e informação

22h — *Senado Notícias* — Edição da noite

23h — Vozes do século 20

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

Projeto de Maldaner beneficia prefeituras

Conforme a proposição, ficaria isenta do IPI, até o final de 2007, a aquisição, pelas prefeituras, de equipamentos destinados à construção e manutenção de rodovias, bem como de veículos de transporte de passageiros e de carga

Osmar quer mudar CLT para coibir má-fé

Projeto de lei apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR) altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre a coleta de provas testemunhais nos julgamentos da Justiça do Trabalho. O objetivo é oferecer meios para que os juízes se



Objetivo do projeto de Osmar é acabar com manobras nas reclamações

certifiquem da verdade dos depoimentos, evitando manobras e acordos entre reclamantes e testemunhas que prejudiquem indevidamente uma das partes.

A proposta, que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), acrescenta parágrafos ao artigo 829 da CLT, determinando que o juiz pergunte à testemunha se ela também tem ação, já teve ou testemunhou em outros processos em que são partes o autor ou o réu.

Conforme o projeto, será considerada "suspeita a testemunha que omitir informações sobre a sua participação em outras ações trabalhistas, que prestar depoimentos contraditórios ou que permitam identificar a existência de conluio entre ela e uma das partes do processo".

Na avaliação de Osmar Dias, "a

Justiça do Trabalho enfrenta dificuldades no momento da constituição das provas para instrução dos processos". Ele entende que "as provas testemunhais, em especial, representam um desafio extraordinário na busca da verdade dos fatos". E reconhece que "a

existência de um grande número de relações trabalhistas informais, em nossa sociedade, faz com que esse meio de prova seja dos mais utilizados".

O senador pretende evitar, com seu projeto, uma prática em que "na falta de elementos materiais de prova, não raramente os empregados firmam acordos espúrios para trocar testemunhos falsos, ensaiar ou forjar dados em prejuízo de um mesmo empregador". E cita como exemplo mais comum a tentativa de provar a prestação de horas extras.

— Não raro, as testemunhas depõem confirmando datas, número de horas e frequência de sua ocorrência, de forma que fica claro o conhecimento que uma tem do depoimento da outra — argumenta Osmar Dias.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou projeto de lei isentando da cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), até 31 de dezembro de 2007, os equipamentos para construção e manutenção de rodovias, bem como os veículos automotores para transporte de passageiros e de carga, quando adquiridos pelas prefeituras municipais.

Segundo o projeto, a prefeitura deverá solicitar a isenção ao órgão administrador do tributo, justificando a necessidade de comprar os veículos e provando ter disponibilidade de recursos orçamentários para a aquisição.

Maldaner argumenta que as prefeituras exercem relevante papel na complementação da rede rodoviária, executando sua capilarização em nível local, a partir dos troncos nacionais e esta-



Maldaner: prefeituras exercem relevante papel de complementação da rede rodoviária

duais. O fluxo de produção, principalmente agropecuária, depende dessa rede terciária de rodovias. Sua ausência ou má conservação, portanto, representa fator de improdutividade, de perdas e de encarecimento da produção, explica o senador.

As prefeituras vêm assumindo,

também, relevante papel no transporte de passageiros e de cargas, dentro de seu território ou para municípios vizinhos, para incrementar redes de ensino, de prestação de cuidados de saúde, assistência técnica e extensão rural, afirma Casildo Maldaner.

Para o senador por Santa Catarina, no Brasil há uma clara visão da necessidade de fortalecimento das administrações municipais a fim de atender melhor a seus cidadãos e atenuar a migração para as periferias das grandes cidades, minorando as consequências danosas que ela acarreta. O investimento que se faça nos municípios será sempre menos oneroso que o dispêndio causado pelo inchaço das grandes cidades, conclui. O projeto tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa.

Inclusão das agências de viagens no Simples é proposta por Moreira

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deverá votar em uma de suas próximas reuniões projeto do senador Moreira Mendes (PFL-RO) que permite às agências de viagens aderir ao Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples). Esse tipo de contribuição permite às empre-

sas pagar menos impostos.

Moreira disse estranhar que a Receita Federal insista em não enquadrar as agências de viagens no Simples, embora, observou, a lei que trata do assunto não possua qualquer vedação explícita para esse tipo de negócio. Para ele, a única justificativa plausível para a recusa reside no fato de o governo

considerar as agências como assemelhadas a pessoas jurídicas que prestam serviços profissionais de corretor, representante comercial ou despachante, entre outros, o que, notou, não é verdade.

O senador lembra que as agências de viagens necessitam, para seu funcionamento, de uma grande e custosa estrutura.

CCJ analisa criação da Região Integrada da Bacia do Itabapoana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que cria a Região Administrativa Integrada da Bacia do Rio Itabapoana e o Programa Especial de Desenvolvimento para essa área. Com a implantação, a região receberá linhas de créditos prioritárias e isenções e incentivos fiscais temporários para fomento de atividades produtivas. O projeto pretende promover o desenvolvimento econômico da região, nos mesmos moldes de projeto que o Senado aprovou para a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, em 1998, e, em seguida, para a região de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

Ricardo Santos destacou que a região do Itabapoana é uma das mais carentes e economicamente deprimidas do Sudeste. Trata-se de uma área desprovida de incentivos ao desenvolvimento e que apresenta estagnação econômica, resultante de uma situação de quase abandono pelas políticas públicas. A região está localizada em área de atividades do setor primário, especialmente cultivo de café, cana-de-açúcar, frutas e pecuária leiteira. "São atividades tradicionais que não acompanharam as mudanças em curso na economia brasileira", disse.

O rio Itabapoana tem cerca de 220 quilômetros, e a sua bacia abrange os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Es-



Projeto de Ricardo Santos dá à região linhas de crédito prioritárias e incentivos fiscais

pírito Santo. A área abrangida pelo projeto é de 6.504 quilômetros quadrados, com 18 municípios. As ações previstas para a região incluem infraestrutura de transporte, comunicação, eletrificação e saneamento, educação, saúde e qualificação profissional.

Eduardo propõe estímulo para trabalho voluntário

Os servidores públicos e os empregados do setor privado poderão ausentar-se do trabalho por três horas contínuas para prestar serviço voluntário, conforme proposta do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) que modifica a legislação sobre a prática desse



ONU declarou 2001 como Ano do Voluntário, diz Eduardo

serviço, adotada em 1998. Com o projeto, o senador pretende estimular a prestação de serviço voluntário no país, que já ocupa 20 milhões de pessoas

preocupadas em resgatar a dignidade e a cidadania daqueles que se encontram em algum estado de carência. A medida, justificou Eduardo, é reivindicada por várias organizações de voluntários.

— A Organização das Nações Unidas declarou 2001 como o Ano Internacional do Voluntário, exatamente para estimular as ações sociais em benefício da comunidade.

Estados poderão receber recursos para conservar áreas indígenas

Projeto de Marina Silva, que será analisado quarta-feira pela CAS, destina 2% do Fundo de Participação dos Estados e DF. Iniciativa também inclui áreas de conservação da natureza

Os estados que abrigam áreas de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas poderão ter recursos destinados à sua manutenção oriundos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). É o que estabelece projeto de autoria da senadora Marina Silva (PT-AC) que será apreciado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) nesta quarta-feira. Com parecer favorável do senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), o projeto de Marina destina àquelas áreas 2% do montante de recursos do FPE. A participação dos estados corresponderá ao percentual de áreas indígenas e florestais em seu território.

A CAS tem ainda mais oito ma-

térias em sua pauta. Entre elas projeto do senador Paulo Hartung (PPS-ES), que estabelece uma cota mínima mensal de água para o consumo de cada família. Em sua justificativa, Hartung reconhece que a água é indispensável à vida e que esta representa direito inalienável do homem. O projeto tem parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR).

Projeto do então senador Blairo Maggi (PFL-MT) que torna mais rápida e menos complexa a aprovação de novos agrotóxicos a serem vendidos no país também está na pauta da CAS, para decisão terminativa. Com parecer favorável do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) o



Conforme proposta de Marina, distribuição das verbas aos estados corresponderá ao percentual de reservas em seu território

projeto simplifica a aprovação, pelo governo, de produtos que sejam comercializados em outros países.



Segundo Lobão, fundo foi criado pela Associação das Siderúrgicas de Carajás

Lobão aplaude criação do Fundo Florestal de Carajás

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apoiou a criação do Fundo Florestal de Carajás, que prevê o plantio de 50 mil hectares florestais de rápido crescimento com objetivo de abastecer, com carvão vegetal, a indústria de ferro-gusa do Norte do país. Para ele, além da redução de impactos ao meio ambiente, a iniciativa promoverá o pleno desenvolvimento de toda a região, gerando emprego e renda.

Edison Lobão estima que o Fundo Florestal, criado pela Associação das Siderúrgicas do Carajás (Asica), deverá comercializar cerca de US\$ 5 milhões de ferro-gusa ao ano. Informou que a vigência do fundo é de dez anos e fará com que, no período, obtenha em torno de US\$ 50 milhões para financiar o respectivo programa de reflorestamento.

— Com uma indústria de ferro-gusa

sustentável, a Associação das Siderúrgicas de Carajás promoverá, certamente, a integração entre floresta e indústria, implementando o desenvolvimento econômico sem prejudicar a natureza — observou Edison Lobão, ao informar que os 50 mil hectares de florestas a serem plantados, com ajuda da vegetação nativa e áreas de preservação, vão reter mais de 8 milhões de toneladas de dióxido de carbono.

Edison Lobão informou que a Associação das Siderúrgicas de Carajás gera US\$ 200 milhões em divisas líquidas para o país, proporcionando 20 mil empregos diretos e indiretos nas atividades da indústria florestal, carvão vegetal e de serviços. A Asica é constituída por dez companhias siderúrgicas localizadas ao longo da estrada de ferro São Luís—Carajás e, segundo o senador, chega a produzir anualmente 1,7 milhão de toneladas de ferro-gusa.

Carlos Patrocínio apóia ação educativa na reforma agrária

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) destacou a importância do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (Pronera), criado em 1998 pelo governo. Destinado às populações dos assentamentos de terra, o programa tem como objetivo reverter indicadores como a taxa de 43% de analfabetos entre os chefes de família beneficiados pela reforma. Nos 3.610 assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), segundo o senador, foram recenseados cerca de 380 mil analfabetos com mais de 14 anos.

De acordo com Patrocínio, dados como esses refletem a situação de precariedade da educação no campo, onde o índice de analfabetismo, registrado pelo IBGE em 1995, sem computar a região Norte, é de 32,7%, o que corresponde a praticamente um terço da população rural. Assim como ocorre nos centros urbanos, o baixo nível educacional atinge com mais intensidade as pessoas pobres.

Nos dois primeiros anos de atividades do Pronera, 61,5 mil trabalhadores rurais passaram a seguir o curso de alfabetização, o que corresponde a cerca de 16% dos analfabetos identificados pelo Incra. O objetivo do programa é o de erradicar o analfabetismo nos assentamentos até 2004, conforme registrou o senador.

— Um fator decisivo para a

Extratos bancários referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser emitidos gratuitamente. É o que estabelece o projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE), que tem parecer favorável do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) e será apreciado em caráter terminativo pela comissão.

Amanhã, a CAS realiza reunião extraordinária para votar em regime de urgência projeto do Executivo que permite às empresas rurais abater, em suas contribuições ao fisco, 50% do valor efetivamente recolhido de seus empregados para a Previdência Social. De acordo com o senador Osmar Dias (PSDB-PR), relator, o projeto incentiva a formalização das relações de trabalho no campo.



Programa visa acabar com analfabetismo nos assentamentos até 2004, diz Patrocínio

viabilização econômica dos assentamentos é a educação dos assentados, imprescindível para o exercício de suas atividades produtivas, já que a agricultura atual requer o conhecimento de técnicas adequadas e a sua permanente renovação, além de noções mais amplas, como aquelas que dizem respeito ao funcionamento do mercado agrícola e ao cooperativismo — disse.

Patrocínio explicou que a ação educativa do programa não se limita à alfabetização. Por meio de convênios, o Pronera volta-se também para a formação continuada e a escolarização, nos níveis médio e superior, dos educadores do ensino fundamental, bem como para a formação técnico-profissional vinculada à agricultura.

Lúcio Alcântara destaca papel social da Caixa

O senador Lúcio Alcântara (PMDB-CE) ressaltou o papel da Caixa Econômica Federal como instituição comprometida com o empresariado e povo brasileiro, especialmente com os segmentos mais humildes. Tendo em mãos o relatório de atividades da instituição em 2000, o senador apontou o desempenho no setor habitacional, enfatizando que a Caixa responde por 91% dos novos financiamentos para aquisição da casa própria.

Em 1999, informou Alcântara, a Caixa aplicou R\$ 4 bilhões em financiamentos, possibilitando a aquisição de 304 mil habitações. No ano passado, foram investidos R\$ 6,8 bilhões — um crescimento de 65% —, sendo atendidas 382 mil famílias e gerados um milhão de empregos. Ele destacou as ações da Caixa no sentido de contemplar maior número de pretendentes à casa própria, com a criação de programas para famílias de baixa renda.

Rocha elogia edição de cartilha infantil sobre o trânsito

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) elogiou a iniciativa do Ministério da Educação e do Conselho Nacional de Trânsito de editar a cartilha *A Caminho da Escola — Uma aula de trânsito para crianças*, destinada a alunos do ensino fundamental. Segundo o parlamentar, o manual é um verdadeiro exemplo de zelo com a educação, direcionado a um público ainda sem vícios no trânsito — as crianças.

Ele observou que o Código de Trânsito Brasileiro, que vigora há mais de três anos, apesar de ter sido fruto de debates no Congresso Nacional e ter envolvido toda a sociedade, ainda necessita de muitas ações para ser aperfeiçoado. Dentre as várias iniciativas para melhorar a eficiência do código, observou, destaca-se a edição desse tipo de cartilha.

Luiz Otávio lembra importância da eletrificação rural

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) destacou o Programa Nacional de Eletrificação Rural — Luz no Campo, criado pelo Ministério de Minas e Energia, com suporte técnico, financeiro e administrativo da Eletrobrás. O programa, conforme o senador, reduzirá a migração do campo para a cidade, além de intensificar as atividades rurais no interior do Pará. Ele afirmou que cerca de 47 municípios paraenses terão acesso à energia elétrica até o final deste mês.

Luiz Otávio sugeriu a implantação de uma política de crescimento e desenvolvimento industrial que vise ao aproveitamento dos aspectos geoeconômicos, dos potenciais de insumos e da disponibilidade de energia elétrica de cada região.